



RELATÓRIO DE ANÁLISES E PROVIDÊNCIAS DAS PROPOSTAS DO CONSELHO DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DA OI DA REGIÃO SUL

1 - INTRODUÇÃO

Este relatório atende ao Artigo 20, inciso II do Regulamento do Conselho de Usuários dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel Nº 623/2013.

2 - REFERÊNCIA

3ª Reunião Ordinária – Mandato 2020-2022 (08/10/2020).

3 - ANÁLISES E PROVIDÊNCIAS DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

3.1 Validação das atas anteriores já enviadas por e-mail (1ª e 2ª Reunião Ordinária).

Como as atas já haviam sido enviadas a todos os Conselheiros por e-mail após as respectivas reuniões para análise e contribuições, foi informado que estavam de acordo com as mesmas.

3.2 Status sobre venda da Móvel da Oi.

Foi esclarecido que as informações estão disponíveis no site da Oi no link INVESTIDORES. Foi lido o Fato Relevante publicado referente à notícia.

3.3 Atualização sobre a pandemia (ações tomadas pela Oi).

Foram apresentadas as ações tomadas pela Oi desde o início da pandemia. Apresentadas ainda as informações sobre a continuidade das ações relacionadas aos clientes, parceiros e colaboradores.

3.4 Apresentação sobre LGPD (Sugestão da ANATEL).

Foi esclarecido sobre a nova Lei Geral de Proteção de Dados. Apresentada a jornada para cumprimento das etapas e as respectivas ações para adequação da Oi, parceiros e colaboradores. Informado que na página principal do site da Oi, há o link para a Política de Privacidade dos Dados Pessoais na Oi, com o detalhamento sobre os direitos e deveres.

3.5 Novo cenário da telefonia fixa.

Foram apresentados os dados históricos da telefonia fixa no Brasil e os dados referentes aos estados da região Sul, a evolução do cenário da telefonia fixa, apresentando ainda dados extraídos do site da Anatel.

3.6 Informações sobre a Resolução Nº 734, da Anatel, de 21/09/2020 (novo regulamento dos Conselhos de Usuários).

Foi apresentado um resumo com as principais informações sobre a nova Resolução. Ressaltado que o novo Regulamento foi objeto da Consulta Pública 55/2019, que recebeu 186 contribuições da sociedade entre 8/10 e 21/11/19, e que foram ouvidas as mais diversas sugestões da sociedade civil, das entidades de defesa do consumidor e também das operadoras.